

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA

C.N.P.J. Nº 10.462.524/0001-58

Demonstrações financeiras correspondentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Conteúdo:	Páginas:
Relatório dos Auditores Independentes	1
Balanços Patrimoniais	4
Demonstrações dos Resultados / Resultado Abrangente	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração do Valor Adicionado	7
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	9



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Conselheiros e Administradores da
Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Manutenção dos contratos de gestão: Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que informa que o Projeto Guri e o Projeto Tom Jobim, teve sua renovação a partir de janeiro de 2013, por quatro anos e meio, devendo se encerrar portanto em junho de 2017. Assim posteriormente a esta data, suas renovações dependem do resultado do chamamento público que definirá o gestor desses contratos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Contas a receber – contratos de gestão: De acordo com a nota explicativa nº 6, foram registrados saldos a receber da Secretaria do Estado da Cultura, de R\$ 10.000 relativo ao contrato de gestão nº 01/2013. No entanto, não foi possível confirmarmos a realização desse valor até a emissão desse relatório, o que gera dúvidas quanto ao seu recebimento.

Imobilizado: Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, a Associação recebeu no exercício de 2009 a título de doação determinados bens tangíveis e intangíveis, registrados no ativo imobilizado e intangível no montante líquido de R\$ 4.376.107. Apesar de ter protocolado junto a Secretaria de Cultura de São Paulo relação dos bens recebidos, a Associação não obteve até o momento documento formal emitido por esse órgão formalizando as doações.

Ajustes de erros e mudanças de práticas contábeis: Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 23, onde constam correções e reclassificações de contas efetuadas em 2016, também com o objetivo de melhor evidência das contas da Associação e àquelas que são relativas aos projetos.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado - Adicionalmente, examinamos a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a qual está sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das demonstrações financeiras básicas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos nesse relatório e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem informações sobre atividades, conforme inserido na nota explicativa nº 10.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o exame de atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre os assuntos descritos naquela nota.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

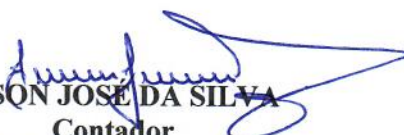
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2017.

Cokinos & Associados
COKINOS & ASSOCIADOS
Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 15.753/O-0


EDSON JOSE DA SILVA
Contador
CRC-1SP251.112/O-9
CNAI nº 2211

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
C.N.P.J. N° 10.462.524/0001-58
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
Em reais

ATIVO	N.E	2016	2015	PASSIVO	N.E	2016	2015
Circulante		20.987.501	22.708.417	Circulante		20.380.524	21.772.918
Caixa e equivalentes de caixa	(04)	398.425	373.172	Projeto a executar	(10)	11.281.418	20.665.258
Recursos vinculados a projetos	(04)	20.188.963	13.925.486	Fornecedores		134.187	33.841
Contas a Receber	(05)	10.000	8.225.487	Encargos sociais	(11)	84.721	87.483
Outros Créditos	(05)	10.440	10.440	Obrigações tributárias		-	-
Adiantamentos diversos	(06)	158.416	138.918	Provisão de férias e encargos		1.106.729	971.283
Despesas antecipadas		28.488	34.914	Contas a pagar		7.965	15.054
Estoques	(07)	192.768	-	Provisão para contingências	(13)	682.549	-
				Fundos de Reserva e Contingências	(22)	7.082.956	-
Não Circulante		7.581.960	6.048.976				
				Não Circulante		5.365.246	6.984.475
Permanente		7.581.960	6.048.976	Exigível a Longo Prazo		5.365.246	6.984.475
Imobilizado	(08)	7.581.960	6.048.976	Provisão para contingências	(13)	197.202	935.499
Intangível	(09)	-	-	Rec. aplic. ativos permanentes	(12)	5.168.044	6.048.976
				Patrimônio Líquido	(15)	2.823.691	-
TOTAL DO ATIVO		28.569.461	28.757.393	TOTAL DO PASSIVO		28.569.461	28.757.393


Rosane Ghedin
Diretora Presidente

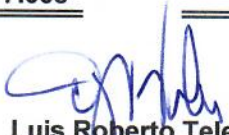

Luis Roberto Teles
CT-CRC n.º 13P182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0001-58
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO
Em reais

	N.E	<u>2016</u>	<u>2015</u>
		TOTAL	TOTAL
RECEITAS OPERACIONAIS		49.794.162	47.899.453
Receitas operacionais		47.964.088	46.714.792
Recursos dos contratos de gestão	(16)	45.460.132	44.891.156
Projetos especiais	(17)	2.401.906	1.727.145
Outros recursos	(17)	102.050	96.491
Outras receitas operacionais		1.830.074	1.184.661
Outras receitas		583.645	1.729
Depreciação		1.246.430	1.182.932
DESPESAS OPERACIONAIS		(49.517.124)	(47.899.453)
Despesas operacionais		(49.517.124)	(47.899.453)
Despesas com pessoal		(26.178.165)	(26.272.265)
Despesas com encargos sociais		(8.816.479)	(8.743.111)
Despesas administrativas		(6.723.490)	(4.395.539)
Depreciação		(1.379.166)	(1.182.932)
Serviços Prestados por Terceiros		(6.241.249)	(7.124.133)
Impostos e Taxas		(178.574)	(181.472)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		277.038	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		277.038	-


Rosane Ghedin
Diretora Presidente


Luis Roberto Teles
CT-CRC n.º 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0001-58
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO
Em reais

	N.E	2016	2015
Patrimônio líquido			
Doação de bens patrimoniais		1.845.919	-
Ajuste de avaliação patrimonial		700.734	
Resultado do exercício		277.039	-
No final do exercício	(15)	2.823.691	-


Rosane Ghedin
Diretora Presidente


Luis Roberto Teles
CT-CRC n.º 13P182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0001-58
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Em reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
	TOTAL	TOTAL
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS	49.794.163	47.899.453
Receitas dos projetos	47.964.088	46.714.792
Outras receitas	583.645	1.729
Depreciação	1.246.430	1.182.932
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	12.964.739	11.519.673
Serviços de terceiros	6.241.249	7.124.133
Despesas administrativas e gerais	6.723.490	4.395.539
VALOR ADICIONADO BRUTO	36.829.424	36.379.780
RETENÇÕES	1.379.166	1.182.932
Depreciação	1.379.166	1.182.932
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	35.450.257	35.196.848
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	35.450.257	35.196.848
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	35.450.257	35.196.848
Pessoal e encargos	34.994.645	35.015.376
Impostos, taxas e contribuições	178.574	181.472
Resultado do exercício	277.039	-


Rosane Ghedin
Diretora Presidente

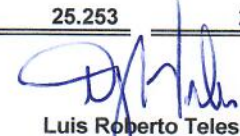

Luis Roberto Teles
CT-CRC n.º 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0001-58
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(em reais)

	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	277.039	-
Ajuste de avaliação patrimonial	700.734	-
Depreciação e amortização	1.379.166	1.182.932
Ajuste de depreciação	(842.065)	-
Provisão para contingências	(55.748)	267.499
Resultado ajustado	1.459.126	1.450.431
VARIAÇÕES DO ATIVO E PASSIVO		
(Aumento) / redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	(6.263.477)	3.718.378
Adiantamentos diversos	(19.498)	939.902
Outras contas a receber	8.221.913	(8.233.823)
Estoques	(192.768)	-
Aumento / (redução) nos passivos em		
Projeto a executar	(9.383.840)	3.799.821
Fornecedores	100.346	(220.551)
Salários, férias e encargos sociais	132.684	(53.173)
Outras contas a pagar	(7.089)	140
Fundos de Reservas e Contingências	7.082.956	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.130.353	1.401.125
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições do ativo imobilizado	(256.191)	(650.624)
Baixas do ativo imobilizado	4.074	182.074
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(252.117)	(468.550)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recursos aplicados em ativos permanentes	(852.982)	(714.383)
Caixa Líquido gerado nas Atividades de Financiamento	(852.982)	(714.383)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	25.253	218.192
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	373.172	154.980
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	398.425	373.172
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	25.253	218.192


Rosane Ghedin
Diretora Presidente


Luis Roberto Teles
CT-CRC n.º 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

**Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa
Marcelina**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2016 e 2015

1 Contexto operacional

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, constituída em 23 de outubro de 2008, é uma associação de direito privado, de natureza confessional, educacional, cultural, assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos, que tem por finalidade a educação, a cultura e a assistência social como instrumento de promoção, defesa e de proteção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso, regidas pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável.

Atualmente a Associação possui 2 projetos em andamento:

- O Programa GURI é uma iniciativa da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Trata-se de um Projeto Cultural na área de música. Surgiu na década de 90 e desde então é reconhecido como um dos Programas mais bem sucedidos na área sócio-cultural. O Programa Guri ressalta valores implícitos no ensino musical, dentre eles a concentração, a disciplina, o trabalho em grupo e a apuração da sensibilidade. Sempre com o espírito de participação e compromisso, os profissionais envolvidos com o projeto criam condições para o desenvolvimento das potencialidades, desses jovens, contribuindo dessa forma, para a transformação da sociedade. A Associação de Cultura assumiu com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, um Contrato de Gestão que se iniciou com 8 (oito) pólos de ensino musical, e hoje coordena 46 (quarenta e seis) pólos distribuídos na Capital e Grande São Paulo.
- A EMESP Tom Jobim tem por meta iniciar, formar e aperfeiçoar crianças, jovens e adultos, na área da música erudita e popular, conforme faixas etárias, nível de conhecimento e envolvimento musical e interesses de aprendizagem. Os critérios para classificar os alunos nos respectivos níveis, são baseados no conteúdo programático de cada curso. Os cursos oferecidos pela Escola são de pré-formação, formação continuada (1º, 2º e 3º ciclos), formação avançada (4º ciclo) e cursos modulares.

A Escola possui ainda na sua programação, atividades extracurriculares, as quais visam o intercâmbio entre os professores e artistas de outros municípios, estados e países, oferecendo máster classes e workshops, palestras, seminários, congressos e simpósios.

Após a Associação de Cultura Educação e Assistência Social Santa Marcelina ter participado da convocação pública através da Resolução SC nº 93 de 17 de outubro de 2012 – para gerenciar o Programa Guri e da convocação pública através da Resolução SC nº 94 de 22 de outubro de 2012 – para gerenciar o Projeto Tom Jobim, cujo resultado foi publicamente conhecido através do Diário Oficial Poder Executivo – Seção I de 19 de outubro de 2012 onde foi declarada a Associação de Cultura Educação e Assistência Social a organização que será a gestora dos dois projetos pelo prazo de 4 anos e meio, foram então os contratos renovados a partir de janeiro de 2013.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as

Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2015, divulgada para fins de comparabilidade, foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação.

A presente demonstração financeira inclui dados não contábeis e dados contábeis como, operacionais, financeiros. Os dados não contábeis não foram objeto de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Associação em 16 de janeiro de 2017.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 3 c - Valor depreciável e vida útil econômica do ativo imobilizado.
- Nota explicativa nº 13 - Provisão para contingências

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação.

a. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento, aplicações financeiras e fundos de reserva e contingência que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2016 e 2015.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e Lei Rouanet, vinculadas ao Ministério da Cultura, são registrados da seguinte forma, em conformidade com a CPC07 (R1):

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos contratos de gestão, são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício.
- **Aquisição de bens:** Quando ocorre a aquisição de bens dos contratos de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados e intangíveis, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante.
- **Rendimentos de aplicações financeiras:** Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante.

Em consequência à prática contábil adotada pela Associação, os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão são nulos pois todas as despesas incorridas com esses projetos são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesses projetos. A Associação não possui nenhuma outra fonte de recursos e despesas que não estejam amparados pelo contrato de gestão ou por projetos de lei de incentivo.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário.

Depreciação

A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, basicamente, os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a.a., e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

e. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Associação não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável.

f. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g. Receita diferida (recursos aplicados em ativos permanentes)

Os valores reconhecidos como receita diferida representam os ativos imobilizados e intangíveis recebidos em doação, mensurados ao valor justo, e ativos adquiridos de terceiros, que são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado em atendimento a CPC 07 (R1).

4 Recursos vinculados a projetos

	2016	2015
Bancos	6.004	307
Aplicações financeiras	<u>392.421</u>	<u>372.865</u>
Recursos Livres - Associação	<u>398.425</u>	<u>373.172</u>

Bancos	3.283.631	1.884.295
Aplicações financeiras	16.905.332	12.041.191
Recursos Restritos - Projetos	<u>20.188.963</u>	<u>13.925.486</u>
Total	<u>20.587.389</u>	<u>14.298.658</u>

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão e projetos incentivados.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Contas a receber

	2016	2015
Contas a receber – Contrato de gestão nº 02/2013	-	7.367.199
Contas a receber – Contrato de gestão nº 01//2013	10.000	858.288
Outras contas à receber	10.440	10.440
	<u>20.440</u>	<u>8.235.927</u>

Em janeiro de 2016 foi recebido o valor de R\$ 2.000.000,00, referente ao 3º termo aditivo do contrato de gestão nº 02/2013. Quanto a diferença desse contrato de R\$ 5.367.199, assim como do saldo do contrato de gestão nº 02/2013, não foi repassado, em virtude do novo termo aditivo negociado para 2016.

6 Adiantamentos diversos

	2016	2015
Adiantamento de férias	144.216	129.558
Outros	<u>14.200</u>	<u>9.360</u>
	<u>158.416</u>	<u>138.918</u>

7 Estoque

Os estoques existentes em 31 de dezembro estão valorizados pelo custo médio, que não superam o valor de mercado e estão assim discriminados:

Descrição	2016	2015
Material de escritório	83.130	-
Suprimentos musicais	29.253	-
Demais estoques	80.385	-
Total	<u>192.768</u>	-

8 Imobilizado

Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original de custo deduzido da depreciação.

Descrição	Taxas	2016			2015
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	10%	35.258	(17.204)	18.054	21.580
Equipamentos	10%	990.749	(434.704)	556.045	447.159
Móveis e Utensílios	10%	1.085.569	(630.241)	455.328	453.435
Veículos	10%	364.692	(364.692)	-	-
Instrumentos Musicais	10%	12.107.566	(5.802.486)	6.305.079	4.745.752
Ferramentas	10%	1.771	(1.081)	690	1.860
Computadores e Periféricos	20%	1.235.833	(994.362)	241.471	309.940
Telefones	10%	27.804	(22.512)	5.292	8.040
Sub-total		<u>15.849.242</u>	<u>(8.267.282)</u>	<u>-7.581.960</u>	<u>5.987.766</u>
Imobilizado em Andamento		-	-	-	61.210
Total		<u>15.849.242</u>	<u>(8.267.282)</u>	<u>7.581.960</u>	<u>6.048.976</u>

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Saldos no início do exercício	6.048.976	6.759.147
Adições		
Instalações	-	-
Equipamentos	152.233	41.630
Móveis e Utensílios	-	31.835
Veículos	-	-
Instrumentos Musicais	1.916.185	450.325
Ferramentas	-	-
Computadores e Periféricos	5.742	126.833
Telefones	-	-
Baixas Líquidas	(4.074)	(182.074)
Ajuste de depreciação	842.065	-
Depreciações	<u>(1.379.166)</u>	<u>(1.178.720)</u>
Saldos no fim do exercício	<u>7.581.960</u>	<u>6.048.976</u>

(a) Imobilizado com Restrição

Descrição	Taxas	2016			2015
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	10%	35.258	(17.204)	18.054	21.580
Equipamentos	10%	840.206	(413.487)	426.719	447.159
Móveis e Utensílios	10%	1.047.355	(613.699)	433.656	453.435
Veículos	20%	364.692	(364.692)	-	-
Instrumentos Musicais	10%	9.491.959	(5.449.797)	4.042.162	4.745.752
Ferramentas	10%	1.771	(1.081)	690	1.860
Computadores e Periféricos	20%	1.235.834	(994.362)	241.472	309.940
Telefone	10%	27.804	(22.512)	5.291	8.040
Sub-total		<u>13.044.878</u>	<u>(7.876.833)</u>	<u>5.168.044</u>	<u>6.041.766</u>
Imobilizado em Andamento		≡	≡	≡	<u>33.260</u>
Total		<u>13.044.878</u>	<u>(7.876.833)</u>	<u>5.168.044</u>	<u>6.021.026</u>

(b) Imobilizado sem restrição

Descrição	Taxas	2016			2015
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos	10%	150.543	(21.217)	129.326	-
Móveis e Utensílios	10%	38.214	(16.542)	21.672	-
Instrumentos Musicais	10%	2.615.607	(352.689)	2.262.918	-
Total		<u>2.653.821</u>	<u>(390.448)</u>	<u>2.413.916</u>	≡

Em 2009, a Associação recebeu doações de bens no montante de R\$ 4.376.107 da Associação nomeada "Guri Santa Marcelina Organização Social e de Cultura", antiga organização social responsável pelos projetos Guri, encerrada em março de 2009. Ficando partir desta data os bens imobilizados em posse da nova Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina. A Associação protocolou a relação de bens recebidos junto a Secretaria de Cultura e aguarda o documento final de doação.

Transferência dos pólos - Em 2010 foi estabelecida pela Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo, a transferência para a Associação Santa Marcelina de 35 Polos gerenciados pela Associação Amigos do Projeto Guri. A Associação Santa Marcelina ainda aguarda a avaliação e a documentação detalhada dos bens transferidos pela SEC, evidenciando suas condições de uso e atribuição de valores.

Em 2014, a Associação contratou empresa especializada para efetuar o levantamento de seus bens com o objetivo de avaliar e sanear diferenças entre o físico e o contábil. Esses trabalhos foram concluídos no exercício de 2016.

9 Intangível

Abrange ativos incorpóreos, classificados conforme pronunciamento CPC 04, aprovado pela NBC T. 19.8, Resolução CFC nº 1.139/08 e NBC T 19.8 – IT 1 – Resolução CFC nº 1.140/08.

Descrição	Taxa	2016	2015
Software		97.177	97.177
Amortização acumulada	20%	<u>(97.177)</u>	<u>(97.177)</u>
		=	=

10 Projetos

		2016	2015
Projeto a executar	<u>Curto Prazo</u>	<u>11.281.418</u>	<u>20.665.258</u>
		<u>11.281.418</u>	<u>20.665.258</u>

Projeto a executar refere-se a recursos já recebidos pela Associação, porém ainda não utilizados que serão reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência.

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação e os rendimentos financeiros desses recursos bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo) e valores despendidos com a aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

*Associação de Cultura, Educação e
Assistência Social Santa Marcelina
Demonstrações financeiras em 31 de
Dezembro de 2016 e 2015*

	2016									
	Saldo 31/12/2015	Fundo de Reserva	Fundo de Contingências	Valores recebidos	Valores Á receber	Rendimentos Financeiros	Consumo	Dotação especial	Devolução de verba	Valor residual
Contrato de Gestão - Projeto EMESP (01/2013) (a)	6.591.323	(1.841.599)	(1.687.312)	20.290.780	(858.288)	855.055	(19.647.084)	(86.519)	-	3.616.356
Contrato de Gestão - Projeto EMESP (01/2013) (a)	-	-	-	-	10.000	-	-	-	-	10.000
Fundos	-	-	-	531.314	-	-	-	-	-	531.314
Contrato de Gestão - Projeto Guri (02/2013) (b)	11.460.057	(1.745.312)	(1.905.146)	25.685.849	(5.367.199)	803.451	(25.813.048)	(141.722)	-	2.976.930
Outros Recursos - Projeto EMESP	318.544	-	-	222.136	-	-	-	-	-	540.680
Outros Recursos - Projeto Guri	35.532	-	-	-	-	-	-	-	-	35.532
PRONAC 119/736	140	-	-	-	-	-	-	-	-	140
PRONAC 14.10801	531.906	-	-	-	-	-	-	-	(531.456)	450
PRONAC 15.8233	1.345.716	-	-	723.150	-	77.900	(2.401.806)	-	531.456	276.315
PRONAC 16.3738	-	-	-	3.293.700	-	-	-	-	-	3.293.700
	<u>20.283.218</u>	<u>(3.586.911)</u>	<u>(3.592.459)</u>	<u>50.746.929</u>	<u>(6.215.487)</u>	<u>1.736.406</u>	<u>(47.862.038)</u>	<u>(228.241)</u>	-	<u>11.281.418</u>
Recursos associação	<u>382.041</u>						<u>(382.041)</u>			-

Valores recebidos - Referem-se aos montantes financeiros efetivamente recebidos no exercício.

Valores a receber - Referem-se a valores previstos no contrato de gestão e não repassados dentro do exercício.

Rendimentos financeiros - Referem-se a rendimentos das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecido no ativo em contrapartida aos projeto a executar no passivo (vide nota explicativa 3.b - práticas contábeis).

Consumo - Referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social. Os consumos de projetos a incorrer dão origens as receitas e despesas da Entidade.

Dotação especial - Referem-se aos recursos que foram empregados na aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

Por força dos contratos de gestão, a Associação está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Avaliação da Execução dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados ou até mesmo o cancelamento do contrato de gestão.

A Administração da Associação entende que em 2016 todas as metas foram cumpridas adequadamente e aguarda a formalização conclusiva da análise dos relatórios de atividades encaminhados à Secretaria de Estado da Cultura. Até o momento não houve qualquer manifestação contrária por parte desta Secretaria.

(a) Contrato de Gestão - Projeto EMESP (01/2013)

Em janeiro de 2013 foi assinado o Contrato de Gestão.º 01/2013 entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura e Associação de Cultura, Educação Assistência Social Santa Marcelina, possui como previsão o repasse de R\$ 105.901.180 ao longo de 4 anos e meio, para o período de janeiro de 2013 a junho de 2017, pela

Secretaria de Estado da Cultura, a serem empregados com o objetivo de gerenciara Tom Jobim Escola de Música do Estado de São Paulo, sendo R\$ 20.202.780 para o ano de 2016, tendo sido recebido R\$ 20.192.780, restando um saldo a receber de R\$ 10.000, conforme sétimo termo de aditamento.

Em 2016 matricularam-se 1.323 alunos, com um número de 1.558 atendimentos nos Cursos de Formação e Livres, e foram oferecidas 214 vagas para bolsistas em 2016. Os Corpos Musicais tiveram atuação importante: a Banda Sinfônica Jovem do Estado de São Paulo realizou 11 concertos, atingindo um público de 5.672 pessoas; a Orquestra Sinfônica Jovem realizou 19 concertos, atingindo um público de 161.713 pessoas; o Coral Jovem do Estado de São Paulo realizou 12 concertos, atingindo um público de 2.783 pessoas; a Orquestra Jovem Tom Jobim alcançou em seus 10 concertos um público de 7.646 pessoas (Informações não auditadas).

(b) Contrato de Gestão–Programa Guri (02/2013)

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura e a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, tendo por objetivo a formação de vínculo de cooperação, com vista à execução de programas de trabalho destinados a fomentar as atividadesque dizem respeito ao objetivo de ensino de música e assistência social, celebraram o Contrato de Gestão nº 02/2013 em janeiro de 2013.

O Programa de Trabalho do Contrato de Gestão 02/2013, aprovado pelo Governo do Estado, firmado com a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, possui como previsão o repasse de R\$ 119.982.447 ao longo de 4 anos e meio, para o período de janeiro de 2013 a junho de 2017, pela Secretaria de Estado da Cultura, a serem empregados na realização do Projeto, sendo R\$ 25.597.849 em 2016, conforme quarto termo de aditamento,

De acordo com o Contrato de Gestão os recursos financeiros repassados à Associação deverão ser por esta aplicados no mercado financeiro, e os resultados das aplicações revertam-se, exclusivamente, ao cumprimento dos objetivos do contrato.

Em 2016 o Programa Guri teve 46 polos em funcionamento até 31 de dezembro de 2016 e ofereceu 16.837 vagas, sendo atendidos ao longo do ano 19.022 alunos. (Informações não auditadas).

(c) - Plano Anual de Atividades da Santa Marcelina Cultura 2016 – PRONAC: 158233

c.1 Atividades Culturais

Uma das ações priorizadas para a realização da temporada 2016 do Plano Anual de Atividades da Santa Marcelina Cultura, foi a realização de nove atividades culturais que puderam beneficiar diretamente 240 alunos do Programa, que puderam sair de seus bairros para participarem, assistirem e conheceram as atividades realizadas pelos Grupos Musicais do Guri Santa Marcelina. Todos os alunos receberam transporte e lanche para participarem das atividades.

A ação tem como objetivo ampliar os Horizontes dos alunos e empoderá-los para que participem de atividades culturais com suas famílias, ocupando espaços públicos e programações gratuitas que existem na cidade de São Paulo e na grande São Paulo –

regiões onde residem nossos alunos. Além, de encorajá-los a conhecerem os Grupos Musicais do programa, outros instrumentos musicais, e despertar o interesse dos alunos em participar das atividades do Guri Santa Marcelina. Abaixo, especificações das atividades realizadas:

c.2 Música nos Hospitais

No Plano Anual de Atividades da Santa Marcelina Cultura 2016, estavam previstas a realização de workshops de preparação de alunos para atuação em ambientes hospitalares, por meio de técnicas e acompanhamentos específicos para ampliar o escopo profissional musical dos alunos.

Os workshops ocorreram em parceria com os “Doutores de Alegria”, em função de todo expertise em formação e atuação em ambientes hospitalares. Participaram do projeto três formadores da *Escola Doutores da Alegria*, que desenharam uma proposta pedagógica condizente com a realidade dos alunos da Santa Marcelina Cultura, cujo objetivo, não seria a formação para “palhaços”, mas sim de músicos para realização de apresentações musicais em um ambiente completamente diferente dos que eles estão habituados.

Para a divulgação do projeto, e entendimento dos alunos antes da inscrição para o curso de formação, foi realizado no dia 17 de março de 2016, um workshop denominado “Aula Inaugural: uma janela para o outro”, no Auditório Zequinha de Abreu na EMESP Tom Jobim. Com entrada franca e em dois diferentes horários, um às 9h30 e outro às 14h30 para possibilidade que um número maior de alunos pudesse conhecer o curso e tirar suas dúvidas antes de realizar sua inscrição no projeto.

Em algumas oficinas, participaram outros formadores da Escola Doutores da Alegria para apoio às atividades oferecidas. Matricularam-se no curso 29 alunos em 2 diferentes turmas. Abaixo, elencamos as datas, temas dos workshops e presença dos alunos nas atividades de formação. Todas as atividades foram gratuitas.

Após o período de formação. Os alunos iniciaram as apresentações em Hospitais, Casas de Saúde e unidades de APS – Atenção Primária à Saúde. Foram realizadas 40 apresentações gratuitas, para um público estimado em de 8.117 pessoas, entre pacientes, acompanhantes e equipes hospitalares. Dos 29 alunos que participaram do curso, 25 puderam realizar as apresentações musicais. Os alunos foram divididos em dois grupos: um com 15 alunos e outro com 10 alunos. As apresentações foram realizadas nos meses de agosto e dezembro de 2016. Sempre em diferentes alas hospitalares.

c.3 Grupos Musicais do Guri Santa Marcelina

Em 2016, um dos programas priorizados pelo projeto foi a execução da Temporada dos Grupos Musicais do Guri Santa Marcelina. A temporada beneficiou 385 alunos, divididos em 10 grupos musicais, com as seguintes formações:

- Banda Sinfônica Infanto-Juvenil, com 45 integrantes
- Banda Sinfônica Juvenil, com 50 integrantes
- Coral Infantil, com 40 integrantes
- Coral de Familiares, com 30 integrantes
- Coral Juvenil, com 60 integrantes
- Regional de Choro Infanto-Juvenil, com 12 integrantes
- Orquestra Sinfônica Infanto-Juvenil, com 60 integrantes
- Camerata de Violões Infanto-Juvenil, com 30 integrantes
- Orquestra de Cordas Infanto-Juvenil, com 40 integrantes
- Big Band Infanto-Juvenil, com 18 integrantes

O número de alunos beneficiados durante o ano ultrapassou os 385 planejados, em função da evasão. Alguns alunos foram substituídos no decorrer da Temporada, mas as formações permaneceram sempre com 385 alunos, conforme estabelecido no projeto. Durante a Temporada 2016, passaram pelos Grupos Musicais do Guri Santa Marcelina 461 alunos. Foram realizados 60 concertos gratuitos em diferentes espaços, beneficiando um público de 13.142 pessoas. Entre os convidados da Temporada, recebemos dois regentes internacionais, o maestro KEITH McCUTCHEN que desenvolveu atividades com o Coral Juvenil do Guri, e o maestro DIEGO GUZMÁN que realizou atividades com a Orquestra Sinfônica Infanto-Juvenil do Guri.

c.4 Orquestra Jovem Tom Jobim

Foi realizado com recursos incentivados um programa e dois concertos. Este programa denominado “Encontro MOACIR SANTOS & DUKE ELLINGTON”, marcou mais um programa de cooperação internacional com a The Juilliard School de Nova York. Além dos integrantes da Orquestra Jovem Tom Jobim, tivemos a participação dos alunos do *Juilliard Jazz Artist Diploma Ensemble*: Samuel Dillion (saxofone tenor), David Neves (trompete), Eric Miller (trombone), Douglas Marriner (bateria), Martin Jaffe (contrabaixo) e david Meder (piano) e o professor do Departamento de jazz da Juilliard School, o pianista, Elio Villafranca.

c.5 Orquestra Jovem do Estado de São Paulo

Para a Temporada 2016 da orquestra Jovem do Estado, foram realizadas as seguintes ações:

Dez concertos na cidade de São Paulo, e dois concertos em cidades do interior: Jundiaí e Piracicaba, para um público total de 8.729 pessoas. A Temporada de concertos da Orquestra Jovem do Estado, possui cobrança de ingressos a preços populares de R\$ 40,00 (inteira) e R\$ 20,00 (meia entrada). Para democratizar o acesso e formar público para a música clássica, 59% dos ingressos utilizados beneficiaram gratuitamente alunos, professores e colaboradores do Guri Santa Marcelina, EMESP Tom Jobim e da Santa Marcelina Cultura, além de outras instituições sociais e/ou educacionais, tais como: ISMART e o programa Plateia da Secretaria Municipal de Educação da Cidade de São Paulo.

c.5.1 Gravação do 2º CD da Orquestra Jovem do Estado

Uma das atividades programadas dentro do projeto Plano Anual de Atividades da Santa Marcelina Cultura 2016 e aprovada por este Ministério, foi a gravação do segundo CD da Orquestra Jovem do Estado, sob regência de seu Diretor Musical e Regente Titular Cláudio Cruz, com a participação do solista convidado Cristian Budu (piano).

Arte do Digipack do 2º CD da Orquestra Jovem do Estado.

Em função da captação de recursos, a produção do CD “Sinfonia Fantástica” da Orquestra Jovem do Estado, foi gravado com recursos do projeto, com complementação de outras fontes. Os alunos puderam participar de mais uma importante experiência em sua formação e qualificação musical, desta vez, com o solista Cristian Budu, um jovem expoente da música clássica erudita brasileira.

O repertório do CD é composto de 2 obras desafiantes: Hector Berlioz, *Sinfonia Fantástica*, op. 4, Piotr Ilitch Tchaikovsky, *Concerto para Piano*, op. 23 nº 1, esta última

com a participação do pianista Cristian Budu como solista convidado. Foram 6 dias de gravação em agosto de 2016 no Teatro Franco Zampari – cedido pela Fundação Padre Anchieta. Os CDs ainda não foram distribuídos, pois até a data ainda não foi finalizado pela gráfica, em função da grande demanda de final de ano. Com recursos do projeto, foram utilizadas as seguintes rubricas: Edição de Som, cachê do Solista, prensagem de 3 mil unidades do CD e o projeto gráfico do projeto. Os demais custos foram pagos com recursos próprios. Para otimização de recursos, o mesmo programa da Gravação do CD, foi apresentado em concerto na Sala São Paulo, no dia 21/08/2016.

c.5.2 Complementação de Bolsas Incentivo

Das 990 complementações de bolsas incentivo previstas em 2016, de fevereiro a dezembro de 2016, foram pagas 932. A distribuição do recurso ocorreu da seguinte forma:

- ✓ Fevereiro: 67 bolsas
- ✓ Março: 80 bolsas
- ✓ Abril: 89 bolsas
- ✓ Maio: 84 bolsas
- ✓ Junho: 86 bolsas
- ✓ Julho: 87 bolsas
- ✓ Agosto: 87 bolsas
- ✓ Setembro: 86 bolsas
- ✓ Outubro: 87 bolsas
- ✓ Novembro: 89 bolsas
- ✓ Dezembro: 90 bolsas

Em função da captação de recursos incentivado ter sido parcial, a complementação da bolsa foi no valor de R\$ 699,09 (seiscentos e noventa e nove reais e nove centavos) mensais, e não no valor total, como planejado de R\$ 1.000,00 (mil reais) por mês. As listas de presença, bem como, os recibos de pagamento das bolsas incentivo, encontram-se anexas a esta prestação de contas.

c.5.3 Prêmio

Em 2016, foi realizada a 5ª edição do Prêmio Ernani de Almeida Machado. A premiação foi aberta para os 90 bolsistas que formam a Orquestra Jovem do Estado por meio da divulgação de um Edital. Os prêmios foram divididos nas seguintes categorias:

- 01 Prêmio – Bolsa de Estudo no exterior, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)
- 04 Prêmios – Bolsa de Estudos ou ajuda para Compra de Instrumento, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) cada.

As inscrições foram abertas de 26 de agosto de 2016 a partir das 9 horas, até as 12 horas (meio-dia), horário de Brasília, do dia 28 de outubro de 2016. As audições aconteceram em 02 etapas:

1º Fase: Seleção feita por vídeos postados na internet. A banca da 1º fase foi composta por professores da área.

Os candidatos enviaram vídeos com gravações de uma peça de livre escolha com duração máxima de 15 minutos. A lista de aprovados na primeira fase foi divulgada em 11 de novembro de 2016 no site da EMESP Tom Jobim (www.emesp.org.br);

2º Fase: Seleção por audição presencial. A banca da 2º fase foi realizada no dia 21 de novembro de 2016, na sede da EMESP, perante a Direção e Coordenação Artístico-Pedagógica da Santa Marcelina Cultura e do Diretor Musical e Regente Titular da Orquestra Jovem do Estado, Claudio Cruz e uma banca examinadora composta por: Músicos da Osesp: Ana Valéria Poles (contrabaixo), Claudia Ribeiro do Nascimento (flauta), Ovanir Buosi (clarinete), Fernando Dissenha (trompete) e Ricardo Bologna (percussão); da Orquestra Sinfônica Municipal de São Paulo participou Maria Fernanda Krug (violino) e das instituições de ensino estiveram presentes Graziela Bortz, da Unesp, a violinista Elisa Fukuda, da Faculdade Cantareira, e a compositora Valéria Bonafé, da EMESP. O diretor-editor da revista CONCERTO Nelson Rubens Kunze e os jornalistas Irineu Franco Perpetuo e Camila Fresca, ambos colaboradores da publicação especializada em música clássica e ópera, fecham a lista.

A divulgação dos vencedores ocorreu no dia 04 de dezembro de 2016 na Sala São Paulo, antes do concerto da Orquestra Jovem do Estado.

Os vencedores do Prêmio Ernani de Almeida Machado para alunos da Orquestra Jovem do Estado foram em 2016 foram:

- Melhor Bolsista do Ano: Gustavo Nunes Juventino (clarinete);
- Os bolsistas selecionados para os prêmios menores para instrumentos e/ou aprimoramentos foram: Luis Abelardo Chávez Quispe (fagote); Lucas de Oliveira Espíndola (trompete); Jean Arthur Medeiros da Silva (flauta) e Felipe dos Santos Esteves (clarinete).

Os premiados de dezembro de 2016, receberão seus prêmios em 2017. Em 2016, foram pagos os prêmios dos vencedores de 2015: Filipe dos Santos Esteves, clarinetista de 24 anos que recebeu o prêmio principal no valor que deverá ser utilizado para o aperfeiçoamento musical em uma instituição de ensino no exterior; e os quatro alunos vencedores dos prêmios para aquisição de instrumentos e/ou aprimoramentos: Ariane Rovesse, clarinetista; Jean Arthur da Silva, flautista; Johann Cardoso, trompista e Renan Gonçalves, violinista.

c.6 Núcleo de Ópera Estúdio da EMESP Tom Jobim

Sob coordenação de Mauro Wrona, e com objetivo de difundir e formar público para a ópera no Brasil, o projeto contemplou a montagem e circulação de uma *pocket ópera*, Don Giovanni de W. A. Mozart, com apresentação de 4 récitas gratuitas, beneficiando 394 pessoas.

c.7 Núcleo de Música Antiga

Sob coordenação Luis Otávio Santos, foi realizado em 2016 o *V Encontro Internacional de Música Antiga*: com o objetivo de difundir as práticas interpretativas históricas no Brasil.

O encontro promoveu masterclasses com professores do Núcleo e dois Músicos Internacionais convidados nas modalidades: cravo, alaúde, violoncelo barroco, flauta traverso, violino barroco, oboé barroco, flauta doce e canto barroco. Além das atividades pedagógicas, foi realizado um concerto com alunos e professores do Núcleo de Música Antiga.

c.8 Atividades de Aprimoramento Técnico e Intercâmbio de conhecimento:

Em 2016, priorizamos no projeto a Cooperação Internacional com dois conservatórios europeus: Conservatório de Paris na França, com a participação da violoncelista Diana Ligeti, e com o Conservatório de Birmingham na Inglaterra, com a de 2 professores: o violoncelista Alexandre Baille, e o violinista Nathaniel Vallios. Os 3 professores convidados realizaram atividades pedagógicas gratuitamente na EMESP Tom Jobim, beneficiando alunos e professores. Mais de 264 pessoas foram beneficiadas diretamente com as atividades pedagógicas dos professores convidados, além do recital, conforme abaixo. Todas as atividades foram gratuitas e abertas ao público.

c.9 Concerto de Música de Câmara com American Brass da Juilliard School de Nova York.

Em 2016, realizamos o convite para o Grupo American Brass Quintet (ABQ), composto por professores da The Juilliard School de Nova York, e consideramos um dos melhores grupos de metais do mundo, com objetivo de promover um intercâmbio e troca de experiências com professores da Santa Marcelina Cultura e outras Instituições, bem como, um concerto.

Foram realizadas 17 atividades pedagógicas, beneficiando diretamente mais de 244 pessoas. Além de um concerto no MASP que atingiu um público de 235 pessoas.

11 Salários e encargos sociais a pagar

	2016	2015
INSS a recolher	78.891	82.194
Outros	<u>5.830</u>	<u>5.290</u>
	<u>84.721</u>	<u>87.484</u>

12 Recursos aplicados em ativos permanentes

2016	2015
<u>5.168.044</u>	<u>6.048.976</u>

Conforme demonstrado na nota explicativa 3(b), os recursos que são aplicados na aquisição de ativos imobilizados e intangível são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado e diferido em atendimento a CPC 07 (R1). Vide nota explicativa 8 (ativo imobilizado).

Saldo em 31 de dezembro de 2015	6.048.976
Adição de imobilizado (nota explicativa 8)	228.241
Custo residual baixado de imobilizado	(4.074)
Depreciação do imobilizado (nota explicativa 8)	(1.246.430)
Ajuste de depreciação	169.282
Segregação para Associação	(27.950)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.168.044

13 Provisão para contingências

A Associação é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2016	2015
Contingências trabalhistas	<u>682.549</u>	=

	<u>2015</u>	<u>2016</u>	
	Saldo inicial	Adição Utilização	Saldo final
Trabalhistas	=	<u>810.059</u> <u>(127.510)</u>	<u>682.549</u>

	2016	2015
Contingências no longo prazo	<u>197.202</u>	<u>935.499</u>

	<u>2015</u>	<u>2016</u>	
	Saldo inicial	Adição Utilização	Saldo final
Trabalhistas	<u>935.499</u>	= <u>(738.297)</u>	<u>197.202</u>

Outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 474.445 em 2016 (R\$ 447.456 em

2015) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

14 Partes relacionadas

A Associação não possui partes relacionadas e a diretoria da Associação não são remunerados.

15 Patrimônio líquido

O patrimônio social da Associação poderá ser formado pelas doações recebidas, pelas dotações especiais e pelos superávits e/ou déficits acumulados, repassados a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina. Em 2016 o Patrimônio Líquido é de R\$ 2.823.691.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente é destinado para uma entidade beneficente congênere ou afim, sem fins econômicos e lucrativos, registrado no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, se a lei exigir e de preferência constituída pelas “religiosas Professas, irmãs Marcelinas”, conforme for fixado pela Assembléia Geral.

16 Recursos de contrato de gestão

	2016	2015
Programa Guri (02/2013)	25.813.048	24.895.881
Projeto EMESP (01/2013)	19.647.084	19.995.275
	<u>45.460.132</u>	<u>44.891.156</u>

17 Projetos especiais

	2016	2015
PRONAC 14.10801	-	1.727.145
PRONAC 15.8233	2.401.906	-
Outros projetos	102.050	96.491
	<u>2.503.956</u>	<u>1.823.636</u>

18 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício a Associação não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2016, a Associação está sujeita a risco de liquidez e de crédito.

Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. Pelo fato da Associação ter suas despesas suportadas em contrato de gestão, todas as obrigações da Associação estão associadas a recursos financeiros já recebidos e com restrição de uso. Todas as dívidas da Associação, exceto as provisões para contingências são exigíveis a curto prazo e o capital de giro está representado da seguinte forma:

	2016	2015
Ativo circulante	20.987.501	22.708.417
Passivo circulante	<u>20.380.524</u>	<u>21.772.918</u>
Capital de giro	<u>1,03%</u>	<u>1,04%</u>

Risco de crédito é o risco de a Associação incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados porém o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha.

19 Informações por projetos

As informações por projetos estão sendo apresentadas segregando os resultados da Associação, bem como seus ativos e passivos entre os projetos em andamento, os quais estão descritos na nota explicativa 1 (Programa Guri e Projeto EMESP).

Demonstrações de resultados

2015

Contas	GURI	EMESP	Outros projetos	Associação	Total dos projetos
Recursos dos contratos de gestão	24.895.881	19.995.275	-	-	44.891.156
Projetos especiais	-	-	1.727.145	-	1.727.145
Outras receitas	554.758	629.902	-	96.491	1.281.151
Receitas operacionais	<u>25.450.639</u>	<u>20.625.177</u>	<u>1.727.145</u>	<u>96.491</u>	<u>47.899.452</u>
Despesas operacionais	<u>-25.450.639</u>	<u>-20.625.177</u>	<u>-1.727.145</u>	<u>-96.491</u>	<u>-47.899.452</u>
Resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

2016

Contas	GURI	EMESP	Outros projetos	Associação	Total dos projetos
Recursos dos contratos de gestão	25.813.048	19.647.084	-	-	45.460.132
Projetos especiais	-	-	2.401.906	-	2.401.906
Outras receitas	530.798	715.632	-	685.695	1.932.125
Receitas operacionais	26.343.845	20.362.716	2.401.906	685.695	49.794.163
Despesas operacionais	-26.343.845	-20.362.716	-2.401.906	-408.656	-49.517.124
Resultado do exercício	-	-	-	277.039	277.039

20 Cobertura de seguros

A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio, risco diversos para os bens do ativo imobilizado e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21 Despesas operacionais por projetos

	2016	2015
GURI		
Despesas com pessoal	(15.774.116)	(15.411.459)
Despesas com encargos sociais	(5.371.844)	(5.128.926)
Despesas administrativas	(2.687.617)	(2.802.888)
Serviços Prestados por Terceiros	(2.437.466)	(2.042.333)
Impostos e Taxas	(72.803)	(65.033)
	<u>(26.343.845)</u>	<u>(25.450.639)</u>
EMESP		
Despesas com pessoal	(10.404.049)	(10.860.806)
Despesas com encargos sociais	(3.444.635)	(3.614.185)
Despesas administrativas	(4.017.704)	(2.112.159)
Serviços Prestados por Terceiros	(2.436.296)	(3.933.787)
Impostos e Taxas	(60.032)	(104.240)
	<u>(20.362.716)</u>	<u>(20.625.177)</u>
Outros Projetos		
Despesas administrativas	(717.985)	(675.623)
Serviços Prestados por Terceiros	(2.092.578)	(1.148.013)
	<u>(2.810.563)</u>	<u>(1.823.636)</u>
Total	<u>(49.517.124)</u>	<u>(47.899.452)</u>

22 Fundo de Reserva e Fundo de Contingência

A Associação constitui fundos de Reserva e Fundo de Contingência:

		2016	2015
Fundo de Reserva	(a)	3.497.581	-
Fundo de Contingências	(b)	3.585.375	-
		<u>7.082.956</u>	<u>=</u>

(a) Do total dos recursos repassados no primeiro ano de vigência do presente contrato, 6 %, foi depositado pela Organização Social em conta corrente específica de sua titularidade, constituído para o fundo de reserva, sob a tutela do Conselho de Administração da Associação, que somente poderá ser utilizado na hipótese de atraso, por parte da CONTRATANTE, no repasse de recursos. A liberação desses recursos ficará condicionada a apresentação pela CONTRATADA do plano

de restituição dos respectivos valores do fundo de reserva, bem como a aprovação do Conselho de Administração da CONTRATADA.

(b) Nos termos da norma inserta no Decreto Estadual nº 54.340, de 15 de maio de 2009, a CONTRATADA depositou na conta bancária específica, o montante de R\$ 3.061.234,25 (três milhões e sessenta e um mil e duzentos e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos):

(b.1) A Organização Social poderá contribuir com recursos próprios para a reserva de que trata esta alínea “b”;

(b.2) Os recursos financeiros depositados na conta bancária a que se refere esta alínea “b” e subitens somente poderão ser utilizados por deliberações de $\frac{3}{4}$ (três quartos) dos membros do Conselho de Administração da CONTRATADA, e do Secretário de Cultura, a quem é facultado delegar o exercício dessa competência;

(b.3) Ao final do contrato, o saldo financeiro remanescente na reserva a que se refere esta alínea “b” será rateado entre o Estado e a organização social, observada a mesma proporção com que foi aquela constituída;

23 Correção de erros e mudanças de estimativa contábil

Os registros contábeis demonstrados no quadro abaixo, passaram a ter tratamento contábil, diferente da prática que vinha sendo adotada até 2015, além de correções efetuadas nos saldos das contas divulgadas naquele exercício. Assim, em atendimento ao CPC 23 - “Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro”, evidencia-se as alterações ocorridas.

*Associação de Cultura, Educação e
Assistência Social Santa Marcelina
Demonstrações financeiras em 31 de
Dezembro de 2016 e 2015*

DESCRIÇÃO		31 de dezembro de 2015				31/12/16
		Saldo anterior	Débitos	Créditos	Saldo corrigido	
Contas a receber - EMESP	(a)	858.288		858.288	-	10.000
Contas a receber - GURI	(b)	7.367.199		5.367.199	2.000.000	-
Imobilizado	(c)	-			-	567.997
Estoques	(d)	-			-	192.768
TOTAL		8.225.487	-	6.225.487	2.000.000	770.765
Projetos a executar - EMESP	(e)	6.909.867			6.909.867	4.698.350
Projetos a executar - GURI	(e)	11.495.589	5.367.199		6.128.390	3.012.462
TOTAL		18.405.456	5.367.199	-	13.038.257	7.710.812
Fundo de reserva - EMESP	(e)	-			-	1.648.040
Fundo de contingências - EMESP	(e)	-			-	1.545.548
Fundo de reserva - GURI	(e)	-			-	1.849.541
Fundo de contingências - GURI	(e)	-			-	2.039.827
TOTAL		-	-	-	-	7.082.956
Resultado acumulado	(f)	-			-	700.734
TOTAL		-	-	-	-	700.734

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 05, o valor de contas a receber não foi realizado.

(b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 05, o valor de contas a receber realizado referente 2015 foi de R\$ 2.000.000, e a diferença não recebida de R\$ 5.367.199 foi ajustada

(c) O ativo imobilizado foi registrado, de acordo com inventário realizado, conforme mencionado na nota explicativa nº 08.

(d) Foi implantando controle de estoques, de modo que os itens adquiridos não são mais lançados diretamente à conta de despesa.

(e) E, foram segregados os fundos de reserva e de contingências, da rubrica relativa a "projetos a executar".

(f) Foram lançados valores de bens e resultados, face a avaliação patrimonial, cujos montantes passaram a configurar no patrimônio líquido, e não mais como obrigação na rubrica de "Projetos a executar", como vinha sendo considerado até o exercício de 2015.

* * *



Rosane Ghedin
Diretora Presidente



Luis Roberto Teles
CRC/SP182786/O-8